

LEI Nº. 529, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Vereadores do Município de Anchieta, para a legislatura 2009/2012 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. O subsídio dos Vereadores do Município de Anchieta para legislatura 2009/2012, é fixado em parcela única, corresponde a 30% (trinta por cento) do que percebe os Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º. O subsídio do Vereador devido a partir de sua posse, será pago mensalmente, é fixado em R\$ 3.715,00 (três mil, setecentos e quinze reais).

§ 1º. Fica concedido um 13º subsídio aos Vereadores, que será pago no mês de dezembro de cada ano, em valor idêntico ao subsídio mensal.

§ 2º. Caso ocorra aumento no valor do subsídio dos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo, o subsídio dos Vereadores será reajustado automaticamente, nos termos dos limites da Constituição Federal.

Art. 2º. Ao Presidente da Câmara, em razão das atribuições que lhes são conferidas, serão pagas mensalmente verba indenizatória no valor de um subsídio mensal, que hoje corresponde a R\$ 3.715,00 (três mil, setecentos e quinze reais), em função do cargo destacado, que ocupa na Mesa Diretora.

Art. 3º. O Vereador que não comparecer efetivamente à sessão ou comparecer e não participar da votação, deixará de receber o valor correspondente a 10% (dez por cento) de seus subsídios, salvo por motivo devidamente justificado com base no que determina o Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º. O desconto neste artigo não incidirá nos subsídios dos Vereadores presentes à sessão não realizada, por falta de quorum, por ausência de matéria a ser votada ou durante o recesso parlamentar.

§ 2º. No caso de licenciamento conforme inciso I, artigo 2º da Lei Orgânica Municipal, por motivo de doença devidamente comprovada ou a licença gestante, por atestado médico, bem como o previsto no inciso II, do mesmo diploma legal, o (a) Vereador (a) receberá seus subsídios integrais.

Art. 4º. O reajuste dos subsídios fixados através desta Lei, somente serão reajustados de acordo com a revisão anual na mesma data, com base no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, sempre na mesma data e sem distinção de índice aplicado aos servidores.

Art. 5º. A convocação extraordinária, durante o período de recesso regularmente convocadas, dará direito ao recebimento de R\$ 928,75 (novecentos e vinte oito reais e setenta e cinco centavos), por convocação.

§ 1º. Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão por dia, qualquer que seja a sua natureza.

§ 2º. Na sessão Legislativa extraordinária, a Câmara de Vereadores somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de qualquer parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

§ 3º. Considerando o caráter indenizatório do pagamento, somente poderão perceber pela participação durante a convocação extraordinária no recesso, os Vereadores que

participarem efetivamente das sessões, não sendo possível o pagamento, mesmo com a apresentação de atestado médico, justificação de ausência, para fins de receber a parcela indenizatória.

Art. 6º. Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder limitações ou redução no valor dos subsídios fixados no artigo 1º, sempre que o total das despesas com a folha de pagamento, incluindo o gasto com os subsídios dos Vereadores atingir os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 25, publicada no Diário Oficial da União de 15/02/2000.

Art. 7º. Os recursos necessários à execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento do Município de Anchieta.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzidos seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

Anchieta-ES, 29 de setembro de 2008.

EDIVAL JOSÉ PETRI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 593, DE 25 DE JANEIRO DE 2010

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

Art. 1º Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

Art. 2º Ficam reajustados em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento) os vencimentos dos agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2009.

Art. 3º Será, ainda, concedido aumento de 5,36 % (cinco vírgula trinta e seis por cento), sobre o vencimento base, aos seguintes servidores:

I – aos servidores públicos pertencentes às carreiras do Plano de Carreira previsto na Lei Municipal nº 9/1990;

II – aos servidores ocupantes do cargo de Assistente Categoria I, Referência CC16, previsto no Anexo VI da Lei nº 568/2009;

III – aos servidores contratados temporariamente, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, na função de Auxiliar de Segurança, Agente de Serviços Básicos e Auxiliar de Serviços Operacionais; e

IV – aos servidores pertencentes ao subgrupo A, do Grupo II, a que se refere o Anexo III da Lei Municipal nº 484/2007;

V – aos secretários escolares, pertencentes ao quadro administrativo, provisoriamente inseridos na Lei Municipal nº 427/2007, em seu anexo VI;

VI – os servidores ocupantes do cargo de Professor “A”, pertencente ao nível I, a que se refere o Anexo II da Lei Municipal nº 427/2007.

VII – *aos Agentes Comunitários de Segurança pertencentes ao Plano de Carreira previsto na Lei Municipal nº 482/2007;” (AC)*

Inciso incluído pela Lei nº 596/2010

Art. 4º Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 25 DE JANEIRO DE 2010.

Edival José Petri
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.

LEI Nº 679, DE 15 DE MARÇO DE 2011

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

Art. 1º Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

Art. 2º Ficam reajustados em 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os vencimentos dos agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2010.

~~**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

Art. 3º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2011. (Redação dada pela Lei nº. 693/2011)*

Anchieta/ES, 15 DE MARÇO DE 2011.

PREFEITO MUNICIPAL
Edival José Petri

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.

LEI Nº 765, DE 25 DE JANEIRO DE 2.012

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos" do Município de Anchieta.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

Art. 1º Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

Art. 2º Ficam reajustados em 6,65% (seis virgula sessenta e cinco por cento) os vencimentos dos agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2011.

Art. 3º Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 25 janeiro 2012.

PREFEITO MUNICIPAL
Edival José Petri

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.

LEI Nº 807, DE 24 DE JANEIRO DE 2013.

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

Art. 1º Determina a revisão geral anual dos vencimentos dos agentes públicos, administrativos ou políticos, do Município de Anchieta, em cumprimento ao inciso X do artigo 37 c/c § 4º do artigo 39 da Constituição Federal.

Art. 2º Ficam reajustados em 5,83% (cinco vírgula oitenta e três por cento) os vencimentos de todos os agentes públicos municipais, excluindo-se nesta norma àqueles políticos eletivos(Prefeito e Vice-prefeito), como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2012.

Art. 3º Será, ainda, concedido aumento de 4,17 % (quatro vírgula dezessete um por cento), sobre os vencimentos de todos os agentes públicos municipais, excluindo-se nesta norma àqueles políticos eletivos(Prefeito e Vice-prefeito) e aqueles detentores de cargos em comissão.

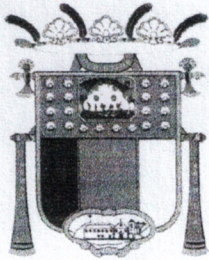
Art. 4º Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2013.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 24 de Janeiro de 2013.

PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA
Marcus Vinicius Doelinger Assad

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Anchieta.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA DE ANCHIETA
CNPJ 27.142.694/0001-58

LEI Nº 895, DE 27 DE JANEIRO DE 2014.

Substitui o Projeto de Lei nº 06/2014 que dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do Município de Anchieta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei;

Art. 1º. Determina a revisão geral anual dos vencimentos de todos os servidores públicos do Executivo, da administração direta e indireta do Município de Anchieta/ES.

Art. 2º. Ficam reajustados em 5,91% (cinco vírgula noventa e um por cento) os vencimentos de todos os agentes públicos municipais, como forma de compensação das perdas inflacionárias, referente às perdas ocorridas no exercício de 2013.

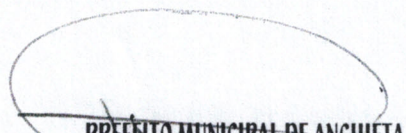
Parágrafo Único. Aos inativos e pensionistas vinculados ao IPASA, salvo os regidos pelo Art.15 da Lei Federal nº. 10.887/2004 será concedido o mesmo reajuste do caput deste artigo.

Art. 3º. O valor do menor vencimento a ser pago não poderá ser inferior a R\$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais).

Art. 4º Esta Lei terá seus efeitos retroagidos à data de 01/01/2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 27 de Janeiro de 2014.


PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA
Marcus Vinicius Doelinger Assad